

AMBIVALÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA

AMPLIAÇÃO DO MODO CAPITALISTA INTENSIVO DE PRODUZIR E DISTRIBUIR NAS ATIVIDADES AGRÁRIAS

Geraldo Müller

I

Os anos 60 e 70 foram de incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país. Esse movimento criou, diversificou e expandiu as forças sociais modernas, tornando-as predominantes e subordinando, por completo, as forças tradicionais. Os anos 80 são de avanço no processo de incorporação, impulsionado pela dinâmica das forças modernas. Em outras palavras: se nas primeiras duas décadas a modernização criou, diversificou e expandiu as forças modernas nas atividades agrárias, na década atual são estas forças que impulsionam a modernização. De um modo estilizado e sucinto esses são os processos básicos que configuram a contemporaneidade dos processos agrários.

A modernização consiste na incorporação das atividades agrárias aos atuais padrões industriais, comerciais e financeiros e aos padrões urbanos de vida. As transformações do modo rural predominantemente tradicional em moderno colocou as forças agrárias em relação com mercados fortemente oligopolizados e administrados, o que redefiniu em boa medida os mercados competitivos vigentes no padrão agrário. Some-se a isso a competição, com outras forças sociais modernas da sociedade nacional, pelos fundos públicos, o que implica o acesso aos canais institucionais e centros de decisão. Mas a modernização não se reduz à esfera techno-econômica, de vez que ela se entrelaça com outras esferas da vida

A primeira versão do texto foi apresentada no Ciclo de Debates sobre "Autoritarismo e Democracia: Continuidade ou Ruptura", nos trabalhos referentes às forças modernas: empresariais e trabalhadoras, em 30 de novembro de 1987. O Ciclo foi organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, CPDOC, da FGV, Rio de Janeiro. A atual versão faz parte do relatório de avanço da pesquisa "O Poder Econômico no Complexo Agroindustrial e a Agricultura", financiada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN. A referida pesquisa integra, juntamente com outras dezenove pesquisas, o "Plano Trienal do CEBRAP".

social, provocando transformações na sociabilidade daquelas forças. O estilo e a forma rurais das relações sociais passaram a ser frontalmente desafiados pelo modo urbano de organizar a vida material e cultural. Não é mais o campo que enforma a cidade, mas esta é que lança seu modo de organizar socialmente a vida para o meio rural, suprimindo a antiga distinção entre este e aquela.

As forças agrárias modernas distinguem-se das tradicionais no modo de organizar a produção e a distribuição de suas atividades e na crescente urbanização de sua sociabilidade. No entanto, não se acham isoladas delas. Afora os resquícios do padrão latifúndio-minifúndio, as ligações entre as forças modernas empresariais e a população que vive em milhões de pequenos e microestabelecimentos rurais tradicionais ocorrem via mercado de mão-de-obra temporária. Mas, à medida que se constitui um mercado urbano-rural de força de trabalho e se acentuam os obstáculos econômico-financeiros de ingresso no clube dos produtores modernos, as forças tradicionais ou passam a abandonar o campo ou aí se mantêm como pobres e miseráveis. Êxodo rural e miséria são produtos do avanço das forças modernas nas atividades agrárias.

A modernização dessas atividades, a despeito de restrita em termos de estabelecimentos rurais, em termos regionais e, até certo ponto, em termos do processo de trabalho, é economicamente robusta, a ponto de se impor em âmbito nacional. Ela é nacionalmente predominante e impõe, categoricamente, seu modo de produzir e de distribuir ao conjunto das atividades agrárias. Seu caráter restritivo tem seu traço mais evidente na exclusão da grande maioria dos produtores. A origem e expansão dessa exclusão assenta-se em uma complexa rede de determinações: (i) nos mercados fortemente oligopolizados e administrados aos quais as atividades agrárias foram incorporadas; (ii) na conversão dessas atividades em mercados para as indústrias de bens de capital e insumos modernos, bem como para as novas agroindústrias e organizações comerciais; (iii) nas dinâmicas internas dos mercados fortemente influenciados pela internacionalização crescente dos padrões produtivos e comerciais; (iv) na capacidade dos grupos sociais agrários, e também dos não-agrários mas com interesses nas atividades agrárias, de mobilizar recursos políticos e públicos para sua expansão segundo exigências da modernização; e (v) no perfil de distribuição da renda no país.

As radicais mudanças tecno-econômicas e sociais nas atividades agrárias apontam claramente para uma diminuição dos postos de trabalho social e, por conseguinte, do emprego nessas atividades. A diminuição do subemprego e a diminuição do número de estabelecimentos nas áreas em que a modernização é mais intensa apontam nessa direção. Os produtores tradicionais de médio e pequeno portes que permanecem no meio rural compõem os grupos sociais pobres e miseráveis, como já foi indicado. São produtos da forma econômica nacionalmente predominante das forças agrárias modernas, ainda que, à primeira vista, apresentem-se como simples

herdeiros do modo tradicional de produzir e distribuir. Em consequência, a ausência dos processos modernos em certas regiões não significa que tais grupos se acham excluídos da modernização brasileira, detendo uma dinâmica tecno-econômica autônoma. Não há aí espécie alguma de dualismo econômico. O que não implica que não tentem, através de movimentos sociais e sua expressão política, conseguir um lugar ao sol na nova dinâmica predominante nas atividades agrárias.

Nos anos 60 e 70 a onda modernizadora dispunha de apreciáveis somas de incentivos públicos. As políticas que favoreciam as exportações concediam incentivos fiscais e atendiam as demandas lobistas e, sobretudo, com a política creditícia, ampliaram os grupos sociais modernos já existentes, criaram outros e diversificaram as forças agrárias modernas. Nos anos 80 as diversas fontes públicas foram escasseando. Os contextos internacionais que demandavam bens agropecuários e agroindustriais e, até mesmo, máquinas e implementos agrícolas também sofreram restrições de peso. A modernização horizontalizada, digamos assim, passa a ter seus limites. A disputa pelos favores públicos (subsídios etc., constitutivos de todas as economias contemporâneas) passa a ter como horizonte a reprodução das forças modernas existentes. Vale dizer que a luta social cinge-se aos grupos modernos.

Concomitantemente à democratização emergiram rapidamente numerosos movimentos sociais com base nas atividades tradicionais. *Grosso modo*, eles reivindicam o acesso às condições modernas de organização da produção e distribuição. Ora, isto implicava tanto alterações de porte na esfera político-institucional como a criação e o redirecionamento de parcela considerável dos fundos públicos. A reivindicação era vultosa tanto pelos milhões de pessoas que seriam alocadas no setor reformado como pelos gastos imediatos que a operação exigia. Os fundos disponíveis no setor público, bem como no aparelho político-institucional que permite o acesso a eles, eram objeto de disputa férrea entre todas as forças modernas nacionais, industriais, financeiras, comerciais, de serviços e agrárias. Numa situação dessas, a reivindicação de uma monumental reforma agrária nas regiões mais modernas do país — tecno-economicamente correta — desencadeou uma série de movimentos sociais, com lances políticos, por ambas as posições.

Há que se observar ainda que no contexto dos limites da modernização horizontal desencadeia-se a concorrência entre as forças agrárias modernas pelos mercados, induzindo-as a intensificarem os processos modernos de produção e distribuição. A política agrícola tentada no Plano Cruzado original, de fato, foi dirigida e absorvida por essas forças sociais. Vale dizer que as forças agrárias modernas foram levadas a avançar na modernização, o que converteu toda e qualquer aspiração social com implicações econômico-financeiras — por exemplo, alterar as regras do jogo em favor dos pobres — em um desafio à sua situação de classe. Assim, de

um lado foi hasteada a bandeira "Todo o poder à reforma agrária" e, de outro, "Tudo à política agrícola".

A reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais com base nas atividades tradicionais não aspirava a algo contrário à situação de classe das forças agrárias modernas, mas tão-somente à sua conversão em irmãos sócio-econômicos. Aspiravam a ingressar no clube que estava cerrando suas portas referentes ao "primeiro estágio" da modernização. E são barrados. O "segundo estágio", no contexto descrito, levou as forças modernas a uma luta por uma política agrícola como exigência para que o processo democrático no país pudesse ser aprofundado e institucionalizado. Já os que aspiravam a ascender à modernidade via reforma agrária sustentam que sem a possibilidade de uma incorporação efetiva de milhões não se conseguirá avançar no caminho democrático.

De um modo certamente simplificado, eis aí o problema que parece sintetizar as questões agrárias e que envolve a pergunta: ruptura ou continuidade?

Com o intuito de contextualizar o problema, gostaria de retomar os processos indicados e desenvolvê-los um pouco mais, tendo a preocupação de precisar a radiografia desse problema.

II

Do texto quase centenário de Kautsky, *A Questão Agrária*, pode-se tomar dois princípios que servem como pontos gerais para o exame das transformações agrárias. O primeiro pode ser assim enunciado: a circulação em geral, o comércio e as comunicações, revolucionados pela acumulação de capital, aumentam a dependência da agricultura. O segundo diz que a aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura provoca uma revolução na organização rural, suprimindo o divórcio entre agricultura e indústria. Em outras palavras, o capital se apodera da agricultura, inicialmente pelas vias da circulação e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir. Por certo é possível lançar mão desses princípios gerais sem se comprometer com seus pressupostos históricos.

Não parece haver objeções a se admitir que as atividades agropecuárias e florestais brasileiras de hoje somente podem ser explicadas se colocadas em relação com a indústria. Admitamos a possibilidade de examinar tais relações no período pós-escravocrata, a partir, digamos, de 1870. Desse modo, é admissível esquematizar associações entre "padrão de acumulação de capital" e "padrão agrário" por períodos históricos.

No período 1870-1930 predomina um padrão de acumulação de capital nitidamente agroexportador e um padrão agrário de tipo latifúndio-minifúndio; de 1930 a 1960, observa-se uma primeira substituição de importações, caracterizada basicamente pela expansão do mercado interno,

com uma diversificação manufatureiro-industrial e uma crise do antigo padrão agrário latifúndio-minifúndio; numa terceira fase, que vai de 1960 a 1980, intensifica-se a substituição de importações, e à expansão do mercado interno incorporam-se novos mercados externos — nesse momento já podemos falar de um padrão agrário moderno; a partir de 1980, há uma diversificação e intensificação tecnológicas, com uma conduta internacionalizada da agricultura nacional e um aprofundamento do padrão agrário moderno.

Embora haja alguma precariedade nesse esquema, ele serve para sugerir associações entre padrões industriais e agrários.

Em linhas gerais, e de acordo com o primeiro princípio antes enunciado, nos períodos iniciais predominou o aumento da dependência da agricultura via comunicações e comércio revolucionados pela acumulação de capital na economia nacional. Mas isso é verdadeiro sobretudo no segundo período. Já nos dois últimos períodos ocorreu uma revolução no modo de produzir, organizar e distribuir da agricultura, suprimindo o divórcio entre ela e a indústria. Sem dúvida, os problemas agrários dos dois primeiros períodos são distintos daqueles situados no contexto dos dois últimos. As relações entre indústria e agricultura bem como as dinâmicas específicas de uma e de outra sugerem que os contextos nos quais os problemas agrários mostram sua robustez e fragilidade — nas esferas econômica, social e política — são radicalmente distintos. O problema da infraestrutura em estradas de rodagem já se colocava no período de 1930-60, assim como hoje. Contudo, as relações histórico-sociais são inteiramente distintas. Forçosamente, são também diversas as soluções. O problema sócio-econômico da propriedade da terra — assim como questões relativas à fome, desnutrição, pobreza — muda conforme o contexto. De novo, as soluções serão distintas. Nesse sentido, uma mesma solução pra a questão da posse da terra para o período de crise do padrão agrário latifúndio-minifúndio e para o período em que se aprofunda o padrão moderno assume ares de anacronismo. Ares idênticos assume a solução liberal em relação ao problema da miséria rural da massa trabalhadora, jogando-o nos braços do mercado e do Estado, pura e simplesmente.

No primeiro período desenvolveu-se o beneficiamento e o processamento de lã, juta, algodão, couro, trigo e cana-de-açúcar, bem como a produção interna de algumas máquinas de beneficiamento de café e arroz e moendas para cana. É difícil avaliar o quanto essas indústrias incidiram no modo de organizar e produzir da agricultura. Certamente, estaríamos longe de exagerar julgando que houve pouca ou praticamente nenhuma repercussão. Em linhas gerais, este período da indústria nacional pode ser associado ao predomínio incontestado do complexo latifúndio-minifúndio na agricultura. Na economia nacional — sob a forma regional — elevou-se a circulação em geral, aumentando a dependência da agricultura do comércio e das comunicações.

No segundo período ocorreu uma diversificação do investimento na indústria-manufatura e a transição para uma economia verdadeiramente industrial — um padrão industrial moderno — que se completaria no final dos anos 50. Tanto em termos de acumulação como de contribuição para o crescimento do PIB, a economia mostra-se dominada pelo capital industrial. Surgem novas indústrias, como a de moinhos para o processamento de produtos agrícolas, e a de arados reversíveis, máquinas de semear, fertilizantes e veículos agrícolas não motorizados. Desponta a produção de fertilizantes químicos, se bem que em escala diminuta — os maiores volumes de fertilizantes eram feitos com matéria-prima de origem vegetal e animal. Não há dúvida de que a acumulação de capital industrial passou a revolucionar o comércio e a indústria, acelerando a dependência da agricultura e, em algumas regiões dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (café, cana e algodão naquele e arroz e trigo nesse), nota-se um esboço de aplicação da ciência moderna à agricultura. É o contexto histórico das relações indústria-agricultura, em que o padrão agrário do período anterior apresenta sinais visíveis de desagregação na agricultura de importantes áreas do Sul e do Sudeste do país; mas, por outro lado, mostra sua persistência na região Nordeste e a recriação da agricultura tradicional nas fronteiras agrícolas.

Cabe chamar a atenção para um processo crucial. Data dos anos 50 a Tríplice Aliança. Essa pode ser entendida como uma complexa aliança entre o capital nacional da elite econômica, o capital internacional e o estatal. A aliança é a forma nacional da expansão do capitalismo oligopólico após a II Guerra Mundial num país atrasado da periferia. Se até o final do Plano de Metas (1957-61) a maior parte da agricultura nacional não havia sofrido influências consideráveis por parte da Tríplice Aliança, mantendo o modo tradicional predominante, a partir de então a aliança atuará significativamente na incorporação das atividades agrárias ao restante da economia moderna.

Os anos 60 e 70 podem ser caracterizados como aqueles em que praticamente foi concluída a substituição de importações iniciada há meio século. Desse ponto de vista, os anos 80 — a despeito de estarem envoltos em crises financeiras internas e externas, e em delicadas situações sócio-políticas — inauguram uma nova fase de nossa história industrial, que certamente terá impactos singulares nas relações entre a indústria e a agricultura.

Do ângulo da agricultura, por volta de 1965 observa-se sua rápida incorporação à cadeia intersetorial da economia. Em 80 não há dúvida de que, segundo o princípio enunciado acima, com a aplicação das conquistas da ciência moderna houve uma revolução na organização rural, e a supressão do divórcio entre indústria e agricultura. A forma adquirida pelas relações indústria-agricultura no período 1960-80 dá-se a designação de complexo agroindustrial. E ao padrão agrário nele inserto, padrão moderno.

Convém no entanto fazer duas observações sobre o período 1930-60 para chamar a atenção sobre (i) o caráter nacional do padrão de acumulação de capital industrial e (ii) os limites da agricultura tradicional.

Nesse período, a burguesia industrial paulista, ou seja, o Sudeste industrial, alcança a supremacia econômica no país e o comando da política econômica, ao submeter o Estado aos interesses industrializantes, opondo-se assim claramente às oligarquias agrárias e agroindustriais tanto do Nordeste como do extremo Sul e, até certo ponto, do Sudeste cafeeiro. Nesse sentido, ela criou a economia nacional, ao avançar com o processo de industrialização e destruir os espaços específicos de reprodução dos capitais regionais do Nordeste açucareiro-algodoeiro, do Sudeste cafeeiro e do extremo Sul pecuário.

Nessa fase, a agricultura ficou à margem da industrialização, com mercados e estruturas regionais próprias. Houve importações de tratores e fertilizantes, mas dirigidas a regiões bem delimitadas, sendo seu impacto marginal no predomínio do modo tradicional de produzir. Afora alguns produtos que gozavam de privilégios por parte do Estado, toda a agricultura de abastecimento sofreu descomunais prejuízos decorrentes do tabelamento sistemático dos preços nos mercados consumidores. No final dos anos 50 e início dos anos 60, a economia estava submetida nacionalmente à dinâmica industrial e o modo tradicional de produzir no campo revelava os limites de sua força, que não eram superados de todo como o avanço das fronteiras.

O importante a assinalar é que a ultrapassagem desses limites não foi efetuada do ângulo das especificidades agrárias e regionais, mas segundo os interesses combinados das forças modernas agrárias emergentes e das forças que compunham a Tríplice Aliança.

Vale dizer que os interesses dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados — subsetores que produzem tratores agrícolas, máquinas e implementos; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos e veterinários; rações e alimentos para animais — participaram da "revolução na organização rural" brasileira, integrando-a em um mercado nacional. Esses interesses são as empresas e grupos econômicos instalados no país que se expandem ou são atraídos a se instalar aqui ou a ingressar nos subsetores em virtude da expansão potencial dos mercados agrícolas. São essas modernas forças industriais que irão minar de vez o predomínio do modo tradicional de produzir e distribuir nas atividades agrárias.

As prováveis insuficiências de oferta agrícola dos anos 50 e 60, cuja responsabilidade foi atribuída ao padrão latifúndio-minifúndio, se existentes a partir de então não poderão mais ser de responsabilidade exclusiva da esfera agropecuária, mas sim das relações tecnofinanceiras com a esfera industrial. Do ângulo da produtividade, dos volumes de produção, da diversificação produtiva, das escalas de produção etc., essas relações significam que a indústria opera como uma alavanca para a agricultura. Se os

movimentos reformistas daquelas décadas tinham como base material de suas posições ideológicas os entraves técnicos, econômicos e de organização rural, então resta dizer que foram superados pelas relações indústria-agricultura das décadas de 60 e 70.

Além dos interesses industriais para a agricultura, no sentido de sua modernização, concorrem para isso também os agroindustriais que, nesses anos, se transformaram e passaram a demandar matérias-primas da agropecuária nacional. Mas não se pode subavaliar os interesses modernos já existentes na própria agricultura, que se multiplicam e se diversificam no processo mesmo de integração indústria-agricultura.

Parece pertinente entender o processo de integração como uma expansão/diversificação da Tríplice Aliança e das empresas e grupos econômicos com interesses nas atividades agrárias, como o poder econômico que opera no conjunto dos subsetores industriais e agrícolas, vale dizer, no complexo agroindustrial.

III

Antes de prosseguir, convém fazer um parêntese. Algumas expressões e noções devem ser aclaradas. Forças agrárias modernas designam os grupos sociais produtores e distribuidores associados à dinâmica capitalista em sua forma intensiva. Vale dizer que a ampliação do processo de acumulação do capital nas atividades agrárias não mais se vale da combinação mão-de-obra e terra — característica da forma extensiva de obtenção do excedente agrário — mas de gastos com capital, notadamente capital constante.

Nesse sentido, modernização agrária consiste na alteração do modo tradicional predominante de produzir para o modo moderno, ou seja, expansão do predomínio, imediato ou mediato, da forma capitalista de exploração do trabalho. Esse processo implica a alteração da parte fixa do capital constante ou dos "meios fixos de produção" (como tratores, arados com tração mecânica) da composição orgânica do capital, e da parte circulante do capital constante ou dos "elementos de custeio da produção" (como adubos químicos, defensivos). Por sua vez, essas mudanças acarretam impactos na parte variável da composição orgânica do capital ou das "formas de trabalho" (como extinção do colonato, expansão dos bóias-frias e empregados permanentes). São essas mudanças na composição orgânica do capital, sob a forma técnica e de valor, em função nas terras que são expressas com a noção modernização agrária. Evidentemente esse movimento implica mudanças na sociabilidade rural. Em outras palavras, é quando ocorrem a industrialização das atividades agrárias — relações entre a indústria para a agricultura e a agricultura — e sua agroindustrialização — relações entre agroindústria e agentes distribuidores que cau-

sam impactos nas atividades agrárias — que se pode falar em modernização agrária. O modelo correspondente chama-se padrão agrário moderno. Ou seja, são as atividades agrárias no complexo agroindustrial.

Entenda-se por complexo agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que essa mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias.

A industrialização da agricultura designa a incorporação das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. Ela é o resultado do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos. A agroindustrialização da agricultura designa a integração dessa com os setores industriais e comerciais que operam com os produtos agrícolas, como agroindústria e supermercados, e cujas exigências técnicas e econômicas participam da regulação das atividades agrárias.

O padrão agrário moderno constitui-se no processo de mudança do predomínio do modo tradicional de produzir e distribuir para o predomínio do modo moderno. Essa transformação sintetiza as mudanças (i) no objeto de trabalho; (ii) no processo de trabalho; (iii) nas formas da força de trabalho; e (iv) na gestão e controle das unidades de produção e distribuição do excedente agrário. A transição de um modo ao outro está correlacionada à constituição do complexo agroindustrial brasileiro, o que tem implicações analíticas. Para explicarmos as especificidades das atividades agrárias — sejam modernas, sejam atrasadas, ou a evolução das regiões Sudeste e Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Norte, a riqueza e a miséria —, precisamos levar em conta as fortes conexões entre os três segmentos que compõem o complexo agroindustrial. Por isso não basta considerar apenas as ligações entre os segmentos agricultura e agroindústria, uma vez que as transformações no modo de produzir naquela estão ligadas à presença da indústria para a agricultura. E é sobretudo essa última que confere caráter nacional às mudanças agrárias, em virtude de sua constituição oligopólica, cujas empresas têm como estratégia de acumulação o mercado nacional, quando não o mercado mundial. Além disso, trata-se de empresas que são veículos por excelência de difusão do processo técnico nas atividades agrárias. A noção de padrão agrário objetiva chamar a atenção para o fato de que se a agricultura faz parte, juntamente com a indústria para a agricultura e a agroindústria, do complexo agroindustrial, isso não supõe necessariamente uma redução da agricultura à indústria. A agricultura é uma indústria em sentido estrito — a integração não destrói os caracteres próprios da agricultura, que a distinguem dos outros segmentos que com ela compõem o complexo agroindustrial. A noção de padrão agrário visa a

preservar as especificidades da agricultura enquanto atividade tecnocômica e esfera de interesses sociais e políticos a ela adstritos, e também enquanto objeto de políticas públicas específicas. Assim, essa noção procura reter as particularidades técnicas (climas, solos), econômicas (tempo de trabalho, tempo de produção, renda da terra), sociais (grupos sociais locais e regionais, capitais e riquezas e misérias propriamente agrárias) e políticas (organizações lobistas, uniões sócio-políticas).

Assim como a noção de complexo agroindustrial visa a separar um conjunto de segmentos econômicos da economia nacional como um todo, cuja dinâmica está, de uma maneira ou de outra, associada às atividades agrárias, a noção de padrão agrário busca separar as relações que direta e necessariamente incluem a terra como meio de produção das demais relações que formam o complexo agroindustrial.

Resta observar que a distinção entre moderno e atrasado, bastante precisa no âmbito do modo de produzir e distribuir o excedente agrário, esmaece no âmbito da mão-de-obra. Milhares, se não milhões, de estabelecimentos praticamente não passam de locais de moradia, com alguma eventual e diminuta produção de subsistência, de gente classificada nos Censos Agropecuários como pequenos produtores, parceiros, arrendatários e ocupantes. Parte considerável do mercado de braços nas atividades agrárias modernas "explora" estabelecimentos tradicionais em que reside. A localização censal dessa gente pobre e miserável — morada contemporânea no padrão agrário moderno — não pode nos levar a esquecer sua participação no mercado nacional de mão-de-obra barata, utilizada temporariamente em atividades agrárias e não-agrárias (construção civil, serviços domésticos urbanos, construção de grandes barragens). O aumento de pessoal ocupado registrado nos censos não deve ofuscar a extraordinária mobilidade dessa gente que busca desesperadamente um local de trabalho, com o qual possa obter alguma renda.

IV

Os períodos pós-60 devem ser qualificados. As informações disponíveis permitem afirmar que, por volta de 1970, praticamente metade da produção agropecuária e florestal era de interesse imediato dos setores demandantes de matérias-primas (as agroindústrias) e praticamente metade das condições de produção agrícola dependia dos subsetores da indústria para a agricultura. Em outras palavras, boa parte da produção agrícola constituía-se em capital circulante da agroindústria — o que converte a agricultura num setor de peso no processo de acumulação dessa indústria. Além disso, e supondo que a agricultura sempre tenha desempenhado essa fun-

ção, cabe notar que o modo como ela agora o faz mudou, pois algo como metade de seus insumos não mais provém do "laboratório natural", mas da produção industrial, convertendo a agricultura em suposto da acumulação de capital de parcela da indústria de bens de capital e de insumos. Em resumo, a agricultura não mais depende apenas do crescimento das agroindústrias, do mercado interno e externo, mas também das indústrias que nela têm seus mercados.

Esses graus de interdependência têm implicações na determinação do lugar da agricultura no desenvolvimento nacional, já que os interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e na generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro e na agricultura moderna. Para produzir na agricultura não basta mais ser proprietário de terras, ainda que elas sejam um pressuposto da produção. Ocorre que no movimento de sua reposição, enquanto elemento da produção, deve ser levado em conta um certo montante de bens de capital, sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque pela penalização dos valores. Nesse sentido, a terra subordina-se ao capital industrial e financeiro. Mais precisamente: é o trabalho agrícola que se subordina ao capital, no contexto de uma crescente industrialização das atividades agrárias, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em prol da terra-capital.

Essa nova base material na agropecuária nacional é também a base das forças agrárias modernas. Suas exigências, reivindicações e organizações respondem aos percalços de reposição e expansão dessa nova dinâmica.

Os setores da indústria para a agricultura apresentam-se organizados em sindicatos patronais e seus mercados têm estruturas oligopolizadas. São setores que dependem diretamente das condições creditícias para os negócios agrários, o que os induz a operar como grupos de pressão favoráveis à industrialização do agro nacional e às exportações, impelindo-os a influenciar a formulação das políticas monetária, fiscal, cambial e de comércio externo. A formulação dessas políticas, em razão do tamanho de suas plantas e de suas necessidades por mercados, é crucial e tende a repercutir imediatamente sobre a *performance* de suas atividades.

A expansão da industrialização das atividades agrárias é de importância decisiva, o que pode contrapor os interesses da indústria para a agricultura aos dos produtores agrícolas ou somar os dois para pressionar os órgãos estatais. A formulação de um índice de preços pagos pelos agricultores, que envolve pelo menos esses três atores sociais, integra a bandeira das forças agrárias modernas. E se o Estado estava, como ainda está, fortemente ativo nessa determinação de preços, presentemente as forças modernas reivindicam uma redefinição de seu papel: a formulação de uma política a médio e curto prazos, uma política creditícia para investimentos privados, ampliação e melhora da infra-estrutura pesada etc. Processo se-

melhante ocorre nas relações entre agricultores, agroindústrias e Estado. A formulação de um índice de preços recebidos pelos agricultores, o que envolve a fixação de preços de sustentação, aquisições e empréstimos do governo federal, exportação/importação, igualmente compreende pelo menos três atores.

Este complexo emaranhado de interesses industriais, agrícolas e de órgãos de Estado produziu novas formas de organização social, cuja base material é a agricultura dinâmica que, no contexto de modernização crescente e acelerada do conjunto das relações econômicas no âmbito nacional e no âmbito mundial, tende a se expandir. E isto significa elevação das concentrações dos capitais, difusão do progresso técnico (o que amplia e diversifica a demanda intermediária por insumos e máquinas), racionalização da gestão das unidades produtivas e dos processos de trabalho etc. Essas características da industrialização do campo compõem a forma de regulação — expansão e bloqueio — dos setores industriais e agrícolas. Nesse sentido, a agricultura tradicional foi encurralada historicamente e, a despeito das conexões com a agricultura moderna via fornecimento de braços, não dispõe de condições político-econômicas para ingressar no clube moderno.

V

Resumindo os traços mais relevantes do processo de incorporação das atividades agrárias à modernização, pode-se dizer que ele esteve associado, no período 1960-80, (i) ao dinamismo da indústria para a agricultura e das agroindústrias, juntamente com as políticas creditícias e de incentivos fiscais e aduaneiros, e (ii) ao dinamismo político do regime autoritário, que subordinou os poderes Legislativo e Judiciário ao Poder Executivo.

A enorme participação do Estado no processo de incorporação, que à primeira vista pode dar a impressão de ter havido uma estatização ímpar da economia agrária nacional, patrocinou a superação do modo de produzir tradicional pelo industrializado, sem mexer nos interesses privados consolidados, vale dizer, tomando a estrutura fundiária e os interesses sociais organizados como dados.

Todo apoio foi concedido às entidades privadas, organizações econômicas e empresas individuais; subsídios e incentivos fiscais foram proporcionados com extrema liberalidade e prodigalidade por parte do Estado. Não só foram fortalecidos os interesses agrários (que agora se mesclam com os industriais e comerciais) como se expandiram, se redefiniram e se criaram novos interesses agroindustriais e outros associados aos setores químico, mecânico e de rações. Numa palavra: constituiu-se o complexo agroindustrial brasileiro, que dá as grandes linhas do novo contexto no qual se situa a agricultura.

O que cabe ser enfatizado no processo de integração é o fato de que os produtores foram sendo incorporados (i) segundo a capacidade de resposta à expansão e à diversificação suscitadas pelas agroindústrias em relação às demandas provenientes das exportações e da massa de salários do mercado interno; (ii) segundo sua capacidade de se endividarem junto ao sistema financeiro e (iii) segundo sua capacidade de racionalizar suas linhas produtivas em face da nova estrutura de despesas.

Capacidade de resposta e crédito: este último foi a condição necessária para que o produtor tivesse capacidade de resposta. O fundo público era o crédito, e foi esse capital financeiro que desencadeou o processo de industrialização do campo, o qual foi impondo a igualação das condições de produção e serviu de caução ao novo desenvolvimento desigual e combinado. Com um clima liberal de crédito, sem critérios e praticamente nenhum controle em seu uso, e dadas as estruturas fundiárias e organizacionais, é claro que a massa de dinheiro foi dar em mão de alguns grupos sociais,

Em áreas, locais ou regiões do país onde a diversidade e a densidade da demanda agroindustrial, da demanda solvível dos centros urbanos e da demanda das exportações eram mais tênues, mais débeis, ao lado de forças agrárias "semitradicionais" de corte oligárquico, evidentemente o impacto da modernização foi bem menor. Consequentemente, o avanço do setor dinâmico da agricultura também.

A não-integração da maioria dos estabelecimentos do país, geralmente de responsabilidade de pequenos e microprodutores, está associada ao modo, ao estilo de incorporação levado avante pela dinâmica dos capitais industrial, comercial e financeiro, ou seja, a Tríplice Aliança. No que concerne especificamente à demanda de certos alimentos básicos como feijão, arroz e mandioca, o que aconteceu foi, de um lado, sua substituição parcial por produtos derivados do trigo e, de outro, em função da queda drástica dos salários, notadamente os urbanos, a criação de uma verdadeira barreira à possível passagem desses produtos da agricultura atrasada para a dinâmica. O "confisco" salarial e a ausência de qualquer política em relação à realidade de 60% da população estar em algum nível de subnutrição devem ter jogado papel importantíssimo nos graus de modernização mínimos que tiveram os produtos alimentares básicos produzidos em estabelecimentos de diminuto e pequeno portes. No período pós-1980, tudo leva a crer que a agricultura dinâmica, modernizada, está em condições de prover a demanda alimentar nacional.

A magnitude do setor agrícola dinâmico (20% dos estabelecimentos, 80% do valor da produção em 1980) revela que a industrialização do campo foi parcial segundo regiões, produtos e tipos de produtores. Contudo, seu impacto foi geral. A maioria dos pequenos produtores, por exemplo — com solos exaustos, baixa fertilidade, sem acesso ou condições para tomar crédito, sementes apropriadas e orientação técnica, cujos produtos não contavam sequer com o estímulo de altos preços em virtude da

interceptação pelos intermediários —, passou a viver em situação de pobreza, ou viu sua condição piorada. Mas essa situação é distinta da pobreza anterior, pois gerada pela industrialização do campo.

Que a modernização levada a cabo nos últimos vinte anos foi parcial, não há dúvida. Mas se nos detivéssemos nisso, chegaríamos a conclusões enganosas, uma vez que essa parcialidade impôs condições gerais de produção, sem as quais torna-se inviável toda e qualquer linha de produção agrária. Ademais, é de se enfatizar que o caráter geral não provém apenas de uma exigência puramente técnica mas principalmente de exigências econômico-sociais das firmas e grupos econômicos nacionais e internacionais presentes, direta ou indiretamente, nas atividades agrárias.

A tendência à industrialização do campo residiu no fato de a agricultura achar-se minada enquanto esfera produtiva determinada por elementos naturais, uma vez que aí foram criadas necessidades tecnológicas e sociais de peso que demandaram bens industriais e que se organizaram a partir desse patamar. As antigas questões agrárias são, neste contexto, repostas. O novo estágio da agricultura nacional repõe a questão da renda da terra, da propriedade territorial produtiva e especulativa, a questão dos preços mínimos de garantia, a questão das relações com as agroindústrias, com os intermediários etc., como questões a um só tempo nacionais e regionais — locais. Toda e qualquer intervenção ou reformulação deverá levar em conta esta simultaneidade de níveis.

Pensar em integrar os pequenos e médios agricultores da agricultura atrasada sem ter presente essa simultaneidade e as grandes forças econômico-sociais dos grupos e cooperativas seria elidir a realidade geral criada pela industrialização parcial da agricultura. Mas, por outro lado, a experiência desses últimos vinte anos revelou à sociedade que o estilo de industrialização "liberal", respaldado no autoritarismo político que não admitiu debate algum sobre fins alternativos a uma modernização desejada por muitos, não funcionou indutivamente para os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, uma vez que não os incorporou à modernização, chegando até a aumentar sua pobreza. Não admitir isso seria elidir a realidade parcial, majoritária porém, criada pela constituição do setor dinâmico da agricultura. Contudo, pensar na incorporação dessa maioria significa equacionar, de um lado, o entrave posto pela tendência de as atividades agrárias modernas liberarem mão-de-obra e, de outro, a capacidade instalada, que tem condições de atender parcela ponderável da demanda potencial.

Resta observar que a significativa massa operária que trabalha nas atividades agrárias — que muitas vezes se confunde com a massa de minifundiários — tem pela frente uma árdua luta em prol dos direitos mais elementares.

VI

Cabe tecer alguns comentários sobre a tendência com mais probabilidade de predominar nas atividades agrárias do país. Trata-se do tipo de industrialização do campo e da circunscrição dos debates em torno dos atores sociais modernos.

O tipo de industrialização pode ser caracterizado pela mecanização e pela quimificação. Em face do pacote tecnológico de origem norte-americana aplicado em vários países do mundo no pós-guerra — pacote que combinava elementos mecânicos, químicos e sementes melhoradas, juntamente com uma larga e intensiva rede de serviços técnicos —, o tipo de industrialização do campo à brasileira deixou de escanteio os dois últimos aspectos.

Mas pode-se admitir que precisamente esse "deixar de escanteio" será a força que incentivará a expansão da industrialização no campo. Não foi casual que uma série de itens sobre assistência técnica e condições auxiliares de produção tenha constado do "pacote agrícola" de 14 de agosto de 1986: fornecer melhores sementes, em volumes e condições mais apropriadas, juntamente com serviços técnicos mais intensos e diversificados e com um rol de políticas públicas que venha a incentivar o produtor rural a instalar silos em sua propriedade, utilizar motores a explosão e bombas de irrigação movidos a energia elétrica, disponível graças ao aumento de redes de transmissão. Em suma, o tipo de industrialização levada a efeito nos anos 60 e 70 será incentivado e complementado com outros, redundando na elevação do caráter industrial da produção agrária.

A esta extensão do atual padrão agrário cabe fazer uma observação. A rigor, ela é preponderantemente uma filha da segunda revolução industrial (mecânica, química, eletricidade, petróleo etc.), que está, há já uns dez anos, sendo posta em xeque em países mais desenvolvidos. Seus custos crescentes de reposição e de ampliação exigem um fundo que banque a defasagem entre esses custos e os preços de venda (exemplo da França) e, até mesmo quando os custos se mantêm constantes, a tendência ao declínio dos preços induz à concentração fundiária como resposta à concentração de capital (exemplo dos Estados Unidos). É claro que toda comparação internacional exige cuidados. Aqui a fizemos como ilustração, mesmo porque, nos países indicados, novas tecnologias já estão em uso. Contudo, lançar mão de comparações internacionais mostra-se indispensável, dado o elevado grau de internacionalização da indústria do complexo agroindustrial brasileiro.

A tendência a prosseguir e a intensificar a industrialização do campo — um dos aspectos vitais do padrão agrário edificado com a constituição do complexo — terá implicações profundas em questões como o uso do fundo público, o papel do Estado como administrador ("planejador") de fluxos e estoques, as ondas de êxodo das atividades agrárias por força

da supressão de postos de trabalho, a ênfase em produzir e adaptar tecnologias *up to date* — e os esforços econômicos, sociais e políticos que isso irá requerer tenderão a deixar de lado a sobrevivência de milhões de pessoas. Nesse sentido, e olhando as tendências norte-americana e européia. (elevados excedentes, renovação tecnológica, diminuição no uso da terra), pode-se apostar que o Brasil apresenta alta probabilidade de seguir caminho semelhante, o que agravará a questão dos milhões de produtores e trabalhadores na agricultura tradicional.

Ora, a questão do progresso técnico na agricultura, da oferta agrícola "industrializada" e da reforma agrária — encarada do ângulo destas tendências — merece um esforço analítico renovado em face do que se dispõe na literatura nacional.

Além disso, com a construção do complexo agroindustrial surgiu o que se pode designar a nova classe média rural, composta por pequenos, médios e grandes produtores modernos. Classe recente e muito sensível à instabilidade econômica, sua negação dos recentes planos de reforma agrária pode estar associada à propriedade especulativa da terra, mas certamente a razão predominante reside na disputa pelos subsídios, preços e taxas, indispensáveis à manutenção e consolidação de sua modernidade, que com a reforma sofreriam enorme diminuição. Sua luta é por uma política de longo prazo, por margens de retorno condizentes às expectativas de um negócio de base industrial. Seus imensos e numerosos movimentos sociais, de caráter nitidamente político (a provável formação de um partido político por uma facção desses agricultores modernos é um fato sociológico inesperado, dada a tradição dos grupos que atuam fazerem-no através de *lobbies*), são a construção de uma identidade nova. A consolidação e o aprofundamento de sua modernidade integram essa construção e, para tanto, sua luta contra outros grupos sociais em relação ao destino dos fundos públicos para o agro e sua representação política são peças fundamentais no jogo social.

Contudo, se a consolidação dos grupos sociais modernos é uma tendência bastante clara, convém não deixar de lado o fato de que a introdução de mudanças na tecnologia hoje vigente no campo (como serviços de *software*, biotecnologia etc.) tenderá a provocar uma modernização na modernização, o que já ocorreu em larga medida nos países centrais do capitalismo. Desse modo, a luta de grupos e classes sociais no padrão agrário industrial brasileiro tenderá a se polarizar ainda mais em torno dos atores modernos, e deixar inteiramente de lado a grande massa humana dos "sem-terras", "com terra insuficiente" etc., que corporificam a pobreza moderna. Certamente hoje se impõe uma forma radicalmente distinta de pensar o destino social dessa gente.

Retomar idéias de distribuição de terras como forma de distribuição de renda pela distribuição de meios de produção é prescindir da realidade do predomínio da luta concorrencial entre os grupos sociais modernos que têm condições de atender às demandas interna e externa. Reto-

mar a idéia de distribuir terras a milhões de semiproletários em nome da justiça social é supô-las como reguladoras do capitalismo contemporâneo, abstraída sua anatomia econômica. Na verdade, os modelos que dão sustentação a essas idéias foram por água abaixo.

Tudo leva a crer que a crise mundial e nacional, que explodiu no início desta década, nos obriga a repensar nosso modelo de desenvolvimento. Os produtos desse modelo — que se corporificam em grandes metrópoles, maciças migrações rurais-urbanas e urbanas-urbanas, transformações profundas nos mercados de mão-de-obra nas atividades agrárias e na sociabilidade rural, concentração regional dos parques produtivos com elevação do controle na produção industrial, agrária, comercial e de serviços — estão sendo, nessa crise, postos em xeque. Todos percebem que vivemos num mundo distinto daquele dos anos 60 e 70. Percebem também que nossa capacidade de explicação e de intervenção é muito precária, quando não errônea. Modelos de desenvolvimento e teorias explodiram. Tempo propício para repensarmos as antigas idéias progressistas e avançarmos novos projetos de progresso social.

Geraldo Müller é pesquisador do CEBRAP.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 21, julho de 1988
pp. 168-184
